

Pontes de Miranda

TRATADO DAS AÇÕES

Tomo VII
Ações executivas

Atualizado por
Nelson Nery Junior
Georges Abboud

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI O. ONO

Editores: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Assistente Administrativo Editorial: Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial

Coordenação

DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO

Analistas de Operações Editoriais: Aline Almeida da Silva, André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, George Silva Melo, Maria Eduarda Silva Rocha, Maurício Zednik Cassim e Thiago César Gonçalves de Souza

Qualidade Editorial e Revisão

Coordenação

LUCIANA VAZ CAMEIRA

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Cinthia Santos Galarza, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecinco e Maria Angélica Leite

Analistas Editoriais: Carolina Costa, Mayara Crispim Freitas e Roney Costa

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Miranda, Pontes de

Tratados das ações : ações executivas : tomo VII/Pontes de Miranda. — 1. ed. atual. por Nelson Nery Junior, Georges Abboud. — São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia.

ISBN 978-85-203-6658-5

ISBN 978-85-203-6667-7 (obra completa)

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Nery Junior, Nelson. II. Abboud, Georges. III. Título.

16-01008

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

PARTE I

AÇÕES EXECUTIVAS EM GERAL

CAPÍTULO I

CONCEITO E NATUREZA DA AÇÃO EXECUTIVA

§ 1. CONCEITO DA AÇÃO EXECUTIVA	37
1. Fixação conceptual e ciência do direito. 2. Tipicidade das ações e das sentenças e ações executivas	
§ 2. DADOS HISTÓRICOS	41
1. Prévia advertência. 2. Conceito de execução	
§ 3. FUNÇÃO DO JUIZ	43
1. Execução pelo Estado. 2. Função do juiz da execução. 3. Tutela própria e executividade. 4. Prestação jurisdicional e execução. 5. Dois sentidos de executar: execução judicial e “executividade”	
§ 4. EFICÁCIA SENTENCIAL	50
1. Eficácia executiva das sentenças de condenação. 2. Prestação jurisdicional e ação executiva. 3. Força de executividade, efeito mediato e referência legal a sentenças e títulos executivos extrajudiciais. 4. Ação executiva pessoal e ação executiva real. 5. Cautelaridade e executividade	

CAPÍTULO II

LEGITIMAÇÃO ATIVA NAS AÇÕES EXECUTIVAS

§ 5. PRESSUPOSTOS	55
1. Execução estatal. 2. Espécies de ações executivas e titularidade ativa. 3. Ações executivas de cognição incompleta. 4. Judicialização da execução forçada	
§ 6. EFICÁCIA EXECUTIVA SENTENCIAL	63
1. Força executiva e efeito executivo. 2. Elemento condenatório	

CAPÍTULO III

LEGITIMAÇÃO PASSIVA NAS AÇÕES EXECUTIVAS

§ 7. PRESSUPOSTOS	69
1. Execução estatal. 2. Sujeitos passivos	
§ 8. ESPÉCIES DE LEGITIMIDADE PASSIVA.....	72
1. Réus e litisconsortes unitários. 2. Sucessores e legitimação passiva. 3. Fiador judicial. 4. Fiador e sub-rogação pessoal. 5. Terceiro e execuções reais. 6. Legitimação processual e eficácia	

CAPÍTULO IV

BENS SUJEITOS A EXECUÇÃO

§ 9. DADOS HISTÓRICOS E CONCEPTUAIS	79
1. Patrimônio e execução. 2. Bens do sucessor singular. 3. Bens do sócio e execução. 4. Bens em mãos de terceiro. 5. Desistência nas ações executivas	

CAPÍTULO V

EFICÁCIA EXECUTIVA IMEDIATA E EFICÁCIA EXECUTIVA MEDIATA

§ 10. PESOS EFICACIAIS NAS AÇÕES EXECUTIVAS.	89
1. Relevância do assunto da executividade imediata. 2. Executividade mediata	

PARTE II

AÇÕES EXECUTIVAS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

AÇÕES EXECUTIVAS TÍPICAS

§ 11. PRECISÕES CONCEPTUAIS	95
1. Tipicidade e pesos. 2. Título e execução	

CAPÍTULO II

AÇÃO EXECUTIVA DE SENTENÇA

§ 12. CONCEITO E NATUREZA DA AÇÃO EXECUTIVA DE TÍTULO JUDICIAL	99
1. Preliminares. 2. Conceito. 3. Natureza da ação executiva de sentença	

§ 13. SENTENÇA GERADORA DE AÇÃO EXECUTIVA.....	111
1. Espécies de ações de que resulta a sentença exequenda. 2. Ponto ou pontos da sentença que têm 3 de executividade. 3. Sentença homologatória de transação, de conciliação ou de laudo arbitral	

CAPÍTULO III

AÇÃO EXECUTIVA DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS

§ 14. CONCEITO E NATUREZA DA AÇÃO EXECUTIVA DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS	119
1. Razões da colocação. 2. Dados históricos. 3. Títulos executivos extrajudiciais	
§ 15. RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.....	133
1. Unilinealidade e angularidade. 2. Ação executiva de cognição incompleta e ação de execução de sentença. 3. Pretensão à tutela jurídica executiva	
§ 16. AÇÃO EXECUTIVA DE INCOMPLETA COGNIÇÃO E TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS	136
1. Fundamento da execução com incompleta cognição. 2. Ações executivas e ações de condenação, cumulações. 3. Título extrajudicial e execução adiantada. 4. Responsabilidade do exequente pelos danos que a execução causa. 5. Execuções desconstitutivas e execuções dentro dos autos	

CAPÍTULO IV

AÇÃO DE REIVINDICAÇÃO

§ 17. CONCEITO E NATUREZA.....	155
1. Precisos conceptuais. 2. Proteção da propriedade	
§ 18. PRETENSÕES E AÇÕES QUE NASCEM DO DOMÍNIO	158
1. Ofensa ao domínio. 2. Domínio e “ius possidendi”. 3. Reivindicar. 4. “Vindicatio sacramento” e dever de tolerar a retirada da coisa	
§ 19. PRETENSÃO E AÇÃO DE REIVINDICAÇÃO.....	162
1. Pressuposto do domínio atual. 2. Pressuposto da posse da coisa pelo réu. 3. Pretensão reivindicatória e legitimações ativa e passiva. 4. Cessibilidade da pretensão reivindicatória. 5. Pretensão à reivindicação e independência em relação a outras pretensões. 6. Ação reivindicatória e ação declaratória. 7. Ação de reivindicação e ação de indenização. 8. Lugar da entrega. 9. Ônus da prova	

§ 20. LEGITIMAÇÃO PASSIVA NA AÇÃO DE REIVINDICAÇÃO	173
1. Possuidor mediato e possuidor imediato. 2. Possuidor imediato e “laudatio auctoris”	
§ 21. OBJETO DA AÇÃO DE REIVINDICAÇÃO	174
1. Objeto de direito e ação de reivindicação. 2. Individuação do bem reivindicando	
§ 22. DEFESA E EXCEÇÕES DO DEMANDADO	176
1. Objeção radical. 2. Objeção ao “ius possidendi”. 3. Legitimação a possuir por parte do demandado. 4. Alegação de aquisição ao autor. 5. Alegação de direito de posse. 6. Extinção da pretensão à reivindicação	
§ 23. EFICÁCIA DA SENTENÇA REIVINDICATÓRIA.....	181
1. Força da sentença reivindicatória. 2. Dever de assistir na retificação do registro do imóvel. 3. Alienação antes da reivindicação. 4. Reivindicatória e ação declaratória da propriedade	
§ 24. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA REIVINDICATÓRIA.....	184
1. Sentença favorável na ação de reivindicação. 2. Impossibilitação da reivindicação. 3. Condenação em indenização. 4. Possuidor imediato. Réu na ação. 5. Sentença contra o possuidor mediato	
§ 25. REEMBOLSO DE GASTOS AO POSSUIDOR.....	188
1. Problema técnico do reembolso. 2. Quando há direito ao reembolso. 3. Benfeitorias necessárias e gastos necessários. 4. Direito de retenção que tem o possuidor com benfeitorias. 5. Benfeitorias feitas por antecessor do demandado	
§ 26. VALOR DAS BENFEITORIAS	197
1. Valor atual e valor de custo. 2. Boa-fé e má-fé. 3. Benfeitorias úteis e gastos íteis 4. Benfeitorias voluptuárias. 5. “Mora accipiendi” do proprietário	
§ 27. “IUS TOLLENDI”	200
1. Conceito de “ius tollendi”. 2. Se não foi o dono da coisa que a uniu a outra. 3. Pretensão a toler. 4. Interesse no toler. 5. Indenização em caso de “ius tollendi”	
§ 28. “UTILIS REI VINDICATIO”	203
1. “Utilis rei vindicatio” e direito romano. 2. As teorias em torno das fontes romanas. 3. As espécies de aquisição com dinheiro alheio e com dinheiro brasileiro	

CAPÍTULO V

AÇÃO DE VINDICAÇÃO DA ENFITEUSE

§ 29. AÇÕES QUE COMPETEM AO ENFITEUTA CONTRA O SENHORIO	209
1. Ação de vindicação. 2. Imissão de posse. 3. Ação publiciana. 4. Ações de evicção e de redibição. 5. Ação confessória	
§ 30. AÇÕES DO SENHORIO CONTRA O ENFITEUTA.....	211
1. Pretensão e ações do senhorio. 2. Ação de comisso	
§ 31. AÇÕES POSSESSÓRIAS	215
1. Enfiteuse e posse. 2. Ação possessória contra o senhorio	

CAPÍTULO VI

AÇÃO DE EXECUÇÃO DA HIPOTECA ANTERIOR
OU DA HIPOTECA DO PRÉDIO ADQUIRIDO

§ 32. CONCEITO E NATUREZA.....	221
1. Ação de execução da primeira hipoteca ou da hipoteca do prédio adquirido. 2. Pressupostos da ação de execução do imóvel hipotecado	

CAPÍTULO VII

AÇÃO DE VINDICAÇÃO DE DIREITO REAL LIMITADO

§ 33. “USUSFRUCTUS VINDICATIO”, “USUS VINDICATIO”, “HABITATIONIS VINDICATIO”	225
1. Vindicação. 2. “Actio confessoria” e ações no direito anterior. 3. Ações de alguém por frutos que lhe pertencem. 4. Legitimação passiva	
§ 34. DOMÍNIO E DIREITOS REAIS LIMITADOS.....	229
1. Improriedades conceptuais do passado. 2. Independência dos direitos reais limitados. 3. Direito pessoal e direito real	
§ 35. DIFERENÇA DE CONTEÚDO	231
1. Domínio. 2. Bens móveis e bens imóveis. 3. Bens corpóreos e bens incorpóreos. 4. Comunhão	
§ 36. “SERVITUTIS VINDICATIO”	233
1. Vindicação da servidão. 2. Legitimação passiva	

CAPÍTULO VIII

AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE

§ 37. CONCEITO E ORIGENS	235
1. Conceito da ação de imissão de posse. 2. Origens. 3. Missão na posse e imissão na posse	

§ 38. LEGITIMAÇÕES ATIVA E PASSIVA	239
1. Legitimação ativa. 2. Comparação com os interditos possessórios. 3. Conteúdo da ação. 4. Natureza da ação. 5. Adquirentes de bens, sem posse. 6. Terceiro. 7. Administradores. 8. Mandatário	
§ 39. PROCEDIMENTO.....	250
1. Propositura. 2. Alternativa. 3. Perdas e danos. 4. Liquidação de perdas e danos na execução. 5. Terceiro e imissão de posse. 6. Alegação de ineficácia do título. 7. Exceções, inclusive de retenção	

CAPÍTULO IX

AÇÃO DE VINDICAÇÃO DA POSSE

§ 40. CONCEITO E NATUREZA DA AÇÃO DE VINDICAÇÃO DA POSSE	257
1. Conceito. 2. Natureza da ação de vindicação da posse. 3. Pretensão e ação vindicatória da posse. 4. Ação petitória da posse. 5. Origem da ação de vindicação da posse. 6. Posse imediata e posse mediata. 7. Fim da tutela vindicatória da posse	
§ 41. LEGITIMAÇÃO À PRETENSÃO E À AÇÃO DE VINDICAÇÃO DA POSSE.....	263
1. Legitimação ativa. 2. Posse imediata e posse mediata. 3. Legitimação passiva. 4. “Ius possessionis” e “ius possidendi”. 5. Perda da posse e ação de vindicação da posse. 6. Jurisprudência em torno da ação de vindicação da posse. 7. Petitoriedade da ação e prescrição	
§ 42. AÇÃO DE VINDICAÇÃO DA POSSE DE TÍTULO AO PORTADOR	269
1. Perda e furto de títulos ao portador e ação de vindicação da posse. 2. Ação vindicatória da posse. 3. Ação de direito à posse, e não ação possessória. 4. Ação vindicatória específica. 5. Perda e furto, abuso de confiança, diferença de tratamento. 6. Melhor posse e vindicação. 7. Natureza da regra jurídica sobre vindicação da posse. 8. Prova a ser feita	

CAPÍTULO X

AÇÃO DO TITULAR DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
PARA HAVER DO TERCEIRO A COISA

§ 43. PRECISÕES CONCEPTUAIS	275
1. Executividade de ação do titular do direito de preferência. 2. Duas ações	
§ 44. AÇÃO DO TITULAR DO DIREITO DE PREFERÊNCIA CONTRA O OBRIGADO E AÇÃO DO OBRIGADO.....	277
1. Eficácia das duas ações. 2. Terceiro demandado	

CAPÍTULO XI

AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA

§ 45. PRECISÕES QUANTO A DADOS HISTÓRICOS	279
1. Direito romano e sistemas posteriores. 2. Mudanças e conseqüências. 3. Direito brasileiro	
§ 46. LEGITIMAÇÃO ATIVA	283
1. Legitimação dos herdeiros quanto ao todo da herança. 2. Herdeiros testamentários. 3. Herdeiro desconhecido e herdeiro ausente. 4. Atitude volitiva dos herdeiros. 5. Transmissão da herança e aceitação	
§ 47. CONCEITO E NATUREZA DA AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA	290
1. “Hereditatis petitio”. 2. Fusão de ações. 3. Ação de petição de herança e ação declaratória do direito hereditário. 4. Natureza da ação de petição de herança. 5. Prescrição da ação de petição de herança. 6. Coisa julgada e sentença na ação de petição de herança. 7. Ações de restituição, fora da ação de petição de herança	
§ 48. LEGITIMAÇÕES ATIVA E PASSIVA	298
1. Legitimação ativa na ação de petição de herança. 2. Legitimação passiva	
§ 49. ALEGAÇÕES E PROVAS	301
1. Prova e ônus da prova. 2. Bens objeto da ação de petição de herança	
§ 50. EFICÁCIA SENTENCIAL	303
1. Eficácia da sentença na ação de petição de herança. 2. Restituição dos bens. 3. Boa-fé do possuidor da herança. 4. Gastos do possuidor	
§ 51. HERANÇA VACANTE E PETIÇÃO DE HERANÇA.....	307
1. Ação declaratória e petição de herança vacante. 2. Precisão	
§ 52. POSSE E USUCAPIÃO	309
1. Usucapião e petição de herança. 2. Posse de coisa singular. 3. Pretensões do herdeiro	

CAPÍTULO XII

AÇÕES DO PRÉ-CONTRAENTE VENDEDOR
E DO PRÉ-CONTRAENTE COMPRADOR

§ 53. FUNDAMENTOS DA AÇÃO DO PRÉ-CONTRAENTE VENDEDOR OU COMPRADOR.....	313
1. Promitente vendedor ou comprador. 2. Relações jurídicas. 3. Pré-contraente comprador e sua pretensão de direito material. 4. Pré-contrato	

em forma particular. 5. Natureza da sentença. 6. Sentença com força executiva. 7. Cláusulas do pré-contrato. 8. Execução, e não ficção. 9. Propriedade gravada. 10. Notificação. 11. Impugnação

§ 54. PROCEDIMENTO E ALEGAÇÕES	326
1. Instrução e procedimento. 2. Mora e ação do outorgado pré-contratante	

CAPÍTULO XIII

AÇÃO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS SOCIEDADES

§ 55. SOCIEDADES E DISSOLUÇÃO	329
1. Sociedades de direito privado e sociedades de direito público. 2. Dissolução “ipso iure”. 3. Liquidação judicial. 4. Legitimação ativa. 5. Subsistência da sociedade. 6. Dissolução de pleno direito. 7. Dissolução dependente de sentença. 8. Ação de liquidação	
§ 56. PROCEDIMENTO.....	338
1. Liquidante. 2. Escolha feita pelo juiz. 3. Inventário e balanço. 4. Dever de cobrar e dever de solver. 5. Proposta da forma de divisão ou da partilha. 6. Audiência dos interessados. 7. Processo da divisão e partilha. 8. Sobrepartilha. 9. Liquidação das sociedades, processo	
§ 57. SOCIEDADE NÃO-PERSONIFICADA	351
1. Dissolução da sociedade sem personalidade jurídica. 2. Natureza da sentença de dissolução da sociedade não-personificada	

CAPÍTULO XIV

AÇÃO DE DESPEJO

§ 58. DADOS HISTÓRICOS E NATUREZA DA AÇÃO DE DESPEJO	355
1. História e natureza da ação. 2. Legitimação ativa. 3. Legitimação passiva. 4. Pendência da ação de despejo.	
§ 59. PROCEDIMENTO.....	363
1. Citação do fiador. 2. Relação jurídica de locação. 3. Rito processual da ação de despejo: princípio e exceção ao princípio da ordinariade. 4. Pluralidade de réus. 5. Preclusão e não confissão. 6. Prazo para a contestação se o procedimento é o ordinário. 7. Exceção de benfeitorias necessárias ou úteis. 8. Reconvenção. 9. Litispendência e coisa julgada. 10. Abandono da posse do prédio antes de se proferir a sentença. 11. Imissão de posse. 12. Prazo para desocupar. 13. Habitantes do prédio. 14. Retirada ou depósito. 15. Prazo irrenunciável e indispensável. 16. Óbice ao despejo	

§ 60. DIREITO DE RETENÇÃO.....	373
1. Retenção pelo locatário e alienação do bem. 2. Credores do dono ou titular do crédito sobre a coisa retenda. 3. Credores privilegiados e titulares de direitos reais. 4. Conteúdo da regra jurídica sobre suspensão do despejo. 5. Enfermidade grave	

CAPÍTULO XV

AÇÕES DE DIVISÃO E AÇÕES DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS

§ 61. DIVISÃO E PRETENSÃO À DIVISÃO.....	381
1. Divisão de terras e ação de divisão. 2. Legitimação passiva. 3. Divisão e partilha de coisas móveis	
§ 62. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	384
1. Demarcação e ação de demarcação. 2. Natureza da ação	
§ 63. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO VOLUNTÁRIA	402
1. Jurisdição voluntária. 2. Natureza da ação	
§ 64. NATUREZA DA SENTENÇA DE DIVISÃO.....	403
1. Natureza da sentença. 2. Fases da ação de demarcação	

CAPÍTULO XVI

AÇÃO DE QUEM PERDEU OU A QUEM FOI FURTADO TÍTULO AO PORTADOR

§ 65. DADOS E CONCLUSÕES.....	405
1. Títulos ao portador. 2. Perda e furto de títulos ao portador e ação vindicatória da posse	
§ 66. POSSE E PROVA.....	409
1. Melhor posse e vindicação. 2. Prova a ser feita. 3. Perda e desapossamento	

CAPÍTULO XVII

AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA

§ 67. CONCEITO E NATUREZA DA AÇÃO NUNCIATIVA.....	411
1. “Operis novi nuntiatio”. 2. Cumulação objetiva. 3. “Opus”	
§ 68. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS.....	414
1. Pretensão de nunciar e seus fundamentos. 2. Em que se baseia a pretensão de nunciar. 3. Obra nova. 4. Relação de vizinhança. 5. Servidão	

e obra nova. 6. Embargo extrajudicial. 7. Pluralidade de nunciados. 8. Ratificação. 9. Legitimação ativa pelo direito real ou pela posse. 10. Condomínio ou outra co-propriedade. 11. Município

§ 69. MEDIDAS APLICÁVEIS E PROCESSO 420

1. Embargo da obra. 2. Auto de embargo. 3. Pedidos do nunciante. 4. Apreensão e depósito de materiais e produtos retirados. 5. Notificações e intimações. 6. Estado da obra embargada. 7. Justiça ou injustiça da nunciação. 8. Auto circunstanciado. 9. Estado da obra. 10. Rito processual da nunciação. 11. Pretensão a afirmar o contrário. 12. Pluralidade de legitimados passivos. 13. Eficácia sentencial. 14. Pluralidade subjetiva ativa. 15. Se não foi contestado o pedido. 16. Relevância da remissão. 17. Caução pelo nunciado. 18. Objeto da caução. 19. Prejuízo causado e caução. 20. Continuação da obra e do processo. 21. Regulamentos administrativos

CAPÍTULO XVIII

OUTRAS AÇÕES EXECUTIVAS

§ 70. AÇÕES EXECUTIVAS 429

1. Referência. 2. Direito processual e direito material. 3. Ação de cobrança de determinadas dívidas

§ 71. EFICÁCIA EXECUTIVA IMEDIATA 430

1. Distinção. 2. Ações constitutivas, mandamentais e condenatórias